



EDUCAÇÃO PARA O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: PROCESSO DE VALORIZAÇÃO DA CULTURA POPULAR E DO PATRIMÔNIO PELAS COMUNIDADES DO ANTIGO QUILOMBO CABULA

EDUCATION FOR COMMUNITY BASED TOURISM: VALUATION PROCESS OF POPULAR CULTURE AND HERITAGE BY THE COMMUNITIES OF THE OLD QUILOMBO CABULA

EDUCACIÓN PARA EL TURISMO BASADO EN LA COMUNIDAD: PROCESO DE VALORACIÓN DE LA CULTURA Y PATRIMONIO POPULAR POR LAS COMUNIDADES DE LA ANTIGUA CÁBULA DE QUILOMBO

Katiane Alves¹

Francisca de Paula Santos da Silva²

Rita Cristina Coelho de Almeida Santiago³

 10.21665/2318-3888.v7n14p77-100

RESUMO

Este trabalho apresenta as ações dos projetos Turismo de Base Comunitária e Conteúdos Digitais nas escolas públicas, localizadas no antigo quilombo Cabula, em Salvador, Bahia, que objetivaram dialogar e construir conhecimento sobre educação para o desenvolvimento local por meio do turismo de base comunitária, que tem a cultura como alicerce para a sua construção. O diálogo sobre educação, desenvolvimento local, planejamento e gestão do turismo de base comunitária, cultura, identidade e comunidades populares se dá em contexto local onde os estudantes residem. Para tal, foi fundante a construção de conhecimento sobre a história, para geração de pertencimento e identificação com as suas origens. Adotou-se metodologia participativa, mais precisamente a Pesquisa Aplicação, também conhecida por *Design Based-Research (DBR)*. Realizaram-se oficinas, cursos e rodas de conversa sobre os temas. Os resultados tangíveis e intangíveis foram se dando no processo de mobilização para o turismo de base comunitária por meio da interação entre a universidade, as escolas e as comunidades de bairros populares.

Palavras-chave: Turismo de Base Comunitária. Educação. Desenvolvimento Local. Antigo Quilombo Cabula. Cultura.

¹ Doutoranda e Mestra em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5699-046X>. E-mail: katianny.alves@yahoo.com.br.

² Doutora em Difusão do Conhecimento (UFBA). Pós-Doutora em Educação pela Universidade de Coimbra. Professora e pesquisadora da graduação em Turismo e Hotelaria e Programas de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5115-1296>. E-mail: fcapaula@gmail.com.

³ Doutora em Difusão do Conhecimento pela Universidade Federal da Bahia. Mestre em Teologia - Educação pelas Faculdades EST, São Leopoldo-RS. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5873-9081> E-mail: tinnasantiago@gmail.com.

ABSTRACT

This paper presents the actions of the Community Based Tourism and Digital Content projects in the public schools located in the former Cabula quilombo, in Salvador, Bahia, which aimed to dialogue and build knowledge about education for local development through community-based tourism, that has culture as the foundation for its construction. Dialogue on education, local development, community-based tourism planning and management, culture, identity and popular communities takes place in the local context where students reside. For this purpose, the construction of knowledge about history was fundamental for the generation of belonging and identification with its origins. Participatory methodology was adopted, more precisely Application Research, also known as Design Based-Research (DBR). Workshops, courses and conversation circles were held about the topics. Tangible and intangible results were achieved in the mobilization process for community-based tourism through the interaction between the university, schools and communities of popular neighborhoods.

Keywords: Community Based Tourism. Education. Local Development. Old Cabula Quilombo. Culture.

RESUMEN

Este documento presenta las acciones de los proyectos de turismo comunitario y contenido digital en las escuelas públicas ubicadas en el antiguo quilombo de Cabula, en Salvador, Bahía, que tenían como objetivo dialogar y generar conocimiento sobre la educación para el desarrollo local a través del turismo comunitario, que ha cultura como base para su construcción. El diálogo sobre educación, desarrollo local, planificación y gestión del turismo basado en la comunidad, cultura, identidad y comunidades populares tiene lugar en el contexto local donde residen los estudiantes. Para este fin, la construcción del conocimiento sobre la historia fue fundamental para la generación de pertenencia e identificación con sus orígenes. Se adoptó una metodología participativa, más precisamente Investigación de aplicaciones, también conocida como Investigación basada en diseño (DBR). Se realizaron talleres, cursos y rondas de conversación sobre los temas. Se lograron resultados tangibles e intangibles en el proceso de movilización para el turismo comunitario a través de la interacción entre la universidad, las escuelas y las comunidades de los barrios populares.

Palabras clave: Turismo comunitario. Educación. Desarrollo Local. Antigua Cabula Quilombo. Cultura.

Introdução

O Turismo nasce a partir de uma necessidade mercadológica dada ao mundo contemporâneo, entretanto no campo do conhecimento podem-se fazer análises para ações que contribuam para redução de impactos negativos na sua prática. As mudanças nas culturas fazem parte da modernidade, na qual o turismo é produto do processo de globalização. Nas últimas décadas do século XIX, o turismo, enquanto atividade econômica, tornou-se objeto de estudo para as ciências sociais ao tratar de aspectos socioeconômicos, ambientais, além dos seus impactos positivos e negativos na sociedade. Apesar das discussões sobre sustentabilidade, na prática, a maioria das organizações econômicas trabalham com ações inversas aos princípios do que consideram desenvolvimento sustentável.

As primeiras iniciativas relativas ao turismo voltado para o desenvolvimento local, a partir de princípios colaborativos e sustentáveis, surgiram na década de 1980, em contextos isolados da América Latina. Em 2003, a embaixada da França no Brasil, deu início ao programa de cooperação para a economia solidária, reunindo diferentes projetos e organismos públicos. Houve programas de apoio ao Turismo Rural Comunitário (TRC), como a Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar (REDE TRAF), implantada pelo Governo Federal, objetivando o desenvolvimento rural sustentável por meio das atividades turísticas integradas aos arranjos produtivos locais.

No Brasil, menciona-se o projeto bagagem, de 2002, cuja missão é fomentar o Turismo de Base Comunitária (TBC) como ferramenta de valorização e desenvolvimento local sustentável do turismo. Enquanto Organização Não Governamental (ONG), possui uma equipe formada por voluntários, e contribuiu para a captação de recursos para fomento à Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (Turisol). A Rede Turisol reuniu entre 2003 e 2018 eventos diversos, em diferentes estados brasileiros, sendo o último em março do ano passado em Salvador, o II Fórum Global sobre Turismo Sustentável em Salvador, Bahia. Afora essas iniciativas, articulações entre representantes de coletivos

que estão se organizando para o TBC, na Bahia, tem acontecido para discutir a promoção e o desenvolvimento dessa atividade.

A Turisol está nas redes sociais, com publicações constantes sobre o tema. Cresceu o número de comunidades tradicionais, sejam quilombolas ou indígenas voltadas para organização do TBC, mas os princípios da autogestão ainda estão distantes da realidade de algumas delas. Outra iniciativa de fomento ao TBC no Brasil foi o edital 001/2008, do Ministério do Turismo do (MinTur), sendo que algumas propostas foram contempladas na Bahia, mas assim como em outros estados, após encerramento de edital e recursos, algumas deixaram de existir.

Nesse sentido, trabalhar a proposta de planejamento, organização e gestão do Turismo de Base Comunitária em escolas localizadas nas comunidades do Antigo Quilombo Cabula (AQC) é uma iniciativa para viabilização de aspectos relacionados ao desenvolvimento local, pois valoriza a cultura e os saberes e fazeres existentes no cotidiano dos moradores. As escolas são, portanto, os espaços de diálogo sobre uma educação para o TBC que nasce do contexto onde os estudantes vivem. Evidenciam-se as práticas sociais realizadas e como estas ganham visibilidade enquanto modos de vida e cultura, as quais mobilizam turistas para conhecerem e terem experiências, numa relação mais próxima e humana.

Para isso, é necessário compreender e dialogar sobre a educação enquanto possibilidade de construção de conhecimento e como ferramenta capaz de mobilizar estudantes para uma reflexão e questionamentos sobre as mazelas sociais no seu cotidiano, bem como olhar para as diversas expressões artísticas e culturais existentes também na localidade em que vivem. Ao se levar os projetos “Turismo de Base Comunitária: construindo conhecimento com as escolas”, e “Conteúdos Digitais nas Escolas”, a ideia foi a de ofertar e também construir alternativas com os estudantes, por meio de cursos sobre a história da Bahia, refletindo o contexto, cultura, patrimônio e meio ambiente, oficinas de artes audiovisuais, grafite, assim como temas mais específicos do TBC, a exemplo se tem: elaboração de roteiros turísticos, hospedagem domiciliar, guiamento e agenciamento, gastronomia sustentável e popular, na perspectiva dos princípios do TBC como a autogestão, solidariedade, cooperação e colaboração, entre outros.

Este trabalho tem como objetivo apresentar ações dos projetos Turismo de Base Comunitária e Conteúdos Digitais nas escolas públicas localizadas no antigo quilombo Cabula, em Salvador, Bahia. Com isso, a estrutura segue com a primeira seção Contexto do Antigo Quilombo Cabula para refletir a história local e relação com a ancestralidade, identidade e cultura; a segunda seção Cultura Popular, Patrimônio e Identidade, discute-se a maneira como essas vertentes se entrelaçam e contribuem para a organização do TBC; na terceira seção, Educação para o Turismo de Base Comunitária no Antigo Quilombo Cabula, que apresenta informações sobre modelo de educação no Brasil, com alguns dados atuais sobre desigualdades educacionais em Salvador, na Bahia, para fortalecer a relevância da proposta de integração da educação e TBC, a partir dos princípios apresentados e considerações acerca do contexto. As considerações finais relatam o resultado das ações e fazem proposições sobre os trabalhos que são realizados continuamente.

A metodologia utilizada é participativa, mais precisamente a Pesquisa Aplicação, também conhecida por *Design Based-Research (DBR)*. O desenho das atividades e o cronograma foram elaborados pela equipe e levados para legitimação do público composto por estudantes, professores e gestores, mediante encontros realizados em roda de conversa. Os resultados obtidos a partir da proposta foram a elaboração de conteúdos digitais como Rádio *Web Juventude* escolar; roteiros turísticos das comunidades do AQC; e receitas com uso e reaproveitamento de alimentos presentes no cotidiano dos estudantes. Produtos gerados durante as ações dos projetos nas escolas e que potencializam a proposta do TBC no Cabula.

1. Contexto do antigo Quilombo Cabula

O contexto do AQC, remete a elementos característicos da localidade como a povoação, possivelmente por povos indígenas tupinambá e, posteriormente, por africanos, escravizados ou fugidos aquilombados, por meio dos seus hábitos, traços culturais, pois havia arraiais, roças habitadas por pobres brancos, mas sendo a maioria por negros forros que acolhiam escravizados, conforme Martins (2018). Para ela, esse quilombo foi

destruído em 1807, pela força militar baiana a mando do governador D. João de Saldanha da Gama Mello e Torres Guedes de Brito, 6º Conde da Ponte.

Esses povos que habitavam a atual localidade reconhecida como AQC, deixaram a marca de luta e resistência nos registros escritos, na oralidade, nos artefatos, na religião, no modo de vida, nas expressões culturais, portanto podem ser encontradas em algumas comunidades que mesmo com a urbanização preservam alguns saberes e fazeres ancestrais, com características temporais, assim como outras já influenciadas por culturas diferentes, mas que também foram adquiridas. Os quilombos eram comunidades construídas por pessoas oriundas de um ou mais povos indígenas e africanos. Os locais escolhidos, comumente, ficavam distantes do núcleo populacional, servindo de estratégia de esconderijo e difícil captura, portanto funcionavam dentro das matas (GOMES, 1993).

O processo de urbanização da localidade do AQC ocorreu na década de 1960, com aumento de conjuntos habitacionais, abertura de vias de acesso importantes para a cidade, moradias desordenadas, assim como a chegada de empreendimentos médios e grandes, comércio e prestação de serviços diversos, instituições públicas e privadas. Cresce, também, a especulação imobiliária com interesse em implantação de modelos habitacionais mais privativos, distantes da realidade e vivência em comunidade popular. Essa característica está presente na maioria das comunidades populares citadas, onde a paisagem que antes era composta por áreas verdes, dá lugar ao concreto, com prédios separados por muros e grades no seu entorno.

Essa herança ancestral valoriza a identidade local e dá elementos importantes para o planejamento do TBC que tem como base a cultura, tomando como princípios a autogestão, cooperação, colaboração, solidariedade e sustentabilidade. O AQC passou por mudanças ao longo do processo de ocupação e urbanização, assim como as demais localidades. A área delimitada que atualmente compreende o miolo está geograficamente no Centro da cidade do Salvador e caracterizava-se, inicialmente, pelas inúmeras chácaras existentes (PENA, 2010).

Desde o processo de urbanização, essa localidade apresenta ocupação desordenada, onde a população cresceu sem planejamento, acarretando problemas de habitação e

saneamento básico, problemas socioambientais e o aumento de especulações imobiliárias, entre outros tipos de interesses particulares de empresas que visam, sobretudo, ao lucro. Nesse contexto, faz-se necessário mobilizar as comunidades afetadas por questões de desapropriação e implantação de empreendimentos descontextualizados da dinâmica local.

Diante do contexto, há desigualdade social marcante, desde a colonização. Também outras características no modo de organização, porém as diferenças de classes estão presentes devido aos impactos econômicos globais, as formas de governo e os interesses entre países que mantêm a soberania e valorização das suas moedas, as quais representam poder nessa sociedade global consumista, o que a difere da economia pré-industrial, em que os homens tinham controle do tempo de trabalho e das demais atividades, para além da economia de subsistência.

Ao pensar nas transformações do trabalho, vale salientar as mudanças nas formas de produção, onde de acordo com Enguita (1989), já na sociedade industrializada, criou-se a necessidade de aumento de produtividade, dentro da lógica do modelo industrial tecnicista, seja na forma de produção de alimento ou de outros produtos e serviços. Chega-se à sociedade da informação, no século XXI, e o avanço tecnológico trouxe impactos positivos e negativos no contexto educacional, perpassando por toda a estrutura social implicada pelas mudanças socioeconômicas ao nível sociocultural (IMBERNÓN, 2000).

Essas questões chegam ao Brasil, ainda que sejam por análises em contextos europeus, mas atingem globalmente países que foram colonizados e que buscam inserção nos grupos dos desenvolvidos. Nasce, com isso, a sociedade do consumo, do descarte e da constante troca de aparelhos eletrônicos e digitais, da disseminação da cultura europeia nos meios de comunicação e informação para a apropriação pelos jovens, numa relação que impacta as novas gerações expostas a essa forma de estar no mundo. Cresce, com essas inovações, as exigências para inserção no mercado de trabalho, atendendo às necessidades das empresas, onde o investimento é feito na produção para o consumo, porém do outro lado, a educação que promove conhecimento e a autonomia, não acompanha esse desenvolvimento e o indivíduo fica à margem dessa organização, por

não estar qualificado para tal ou ter escolaridade insuficiente, seja tecnicista ou humanista capaz de propor condições necessárias para o consumo consciente a depender da sua perspectiva, mediante o valor de sua força de trabalho.

As comunidades do AQC aparecem, nesse contexto socioeconômico, sofrendo as consequências desse modelo de economia capitalista, no qual o consumo é um imperativo. Assim, há certa vulnerabilidade de crianças, jovens, adultos e idosos às diversas violências decorrentes das mazelas sociais. Como ocorre em outras capitais brasileiras, cresce, também, nessas comunidades, a disputa por território, pelo poder relacionado ao tráfico de drogas e armas, dentre outras formas de negócios ilícitos desencadeados pelo desemprego estrutural e conjuntural existente. A maneira como essa condição afeta a vida de moradores dessas comunidades retrata a necessidade de alternativas de trabalho e renda, e de formas de educação que atendam às demandas e ausências provocadas pelo Estado e por parte da sociedade que se encontra alienada pela lógica de produção e consumo.

Fala-se sobre a importância do crescimento econômico do país e do desenvolvimento local sustentável para equilibrar essa balança, entretanto, o que se tem como resultado é o peso maior, o lucro para o mercado financeiro dos grandes investidores. Por outro lado, a maioria da população continua trabalhando para alimentar esse pequeno grupo que detém a riqueza econômica e determina em que medida e a quem atende esse desenvolvimento local sustentável mascarado. Existe no AQC uma riqueza diversificada de expressões artísticas e culturais e variados coletivos que atuam para fortalecer sua identidade, garantia de direitos constitucionais, entre outras reivindicações e afirmações de pertença.

Essas formas de organizações coletivas carecem de expansão e articulação entre grupos que dentro da sua ordem lutam por objetivos comuns aos membros, enquanto há possibilidade de caminharem juntos para alcançarem e expandirem benefícios adquiridos para um coletivo maior. A intenção dessa observação não é desvalorizar ou

invalidar as conquistas do grupo, mas quando se tem a maioria da comunidade carente nessa estrutura é necessário propor ações para o bem-estar dos coletivos ali existentes.

Nesse sentido, os grupos organizados que buscam melhorias coletivas conseguem pequenos avanços, ainda que estejam na estatística das ausências de condições básicas de sobrevivência, seja no direito aos serviços de saúde, habitação, educação, saneamento básico, assim como acesso à arte, à cultura e ao lazer. O Cabula já estava em processo de urbanização no século XIX e possuía uma população de 160.000 pessoas que viviam em condições ainda precárias com a falta de saneamento básico e luz elétrica, além de haver poucas casas que ficavam bem distantes umas das outras, sendo que 60% da água consumida era obtida das fontes, levadas pelos moradores na cabeça por meio de vasilhas; havia também a falta de banheiro nas residências e de esgotamento sanitário (CHAVES, 2016).

Essa condição ainda é realidade para alguns moradores dessa localidade, pois apesar do desenvolvimento urbano, da garantia de prestação de serviços básicos como luz, água encanada e esgotamento sanitário, existe uma parcela que reside em condições precárias, sem emprego ou renda para pagar pelo consumo desses serviços. Esse perfil possui baixa escolaridade e não tem perspectiva de trabalho para adquirir o próprio sustento ou de sua família. Na maioria desses bairros, visivelmente encontra-se lixo doméstico espalhado nas calçadas, transbordando num contêiner, devido à irregularidade de horário de descarte e da coleta feita pela empresa responsável.

As condições em que algumas pessoas vivem não permitem pensar essa consciência ambiental e na reutilização de resíduos sólidos, aliás essa prática está longe também da classe média e de pessoas escolarizadas. Alguns relatos de educadores que atuam em escolas públicas do AQC, assim como em outras comunidades da capital baiana, tratam de estudantes que não têm as principais refeições garantidas em suas casas e algumas vezes vão para a escola com fome, sofrendo desmaios, por desnutrição.

Para um modelo de desenvolvimento local no Antigo Quilombo Cabula, numa perspectiva sustentável, é importante compreender o cotidiano dos moradores, a diversidade, especificidades, portanto aquilo que é comum entres as comunidades, mas também o que as difere. As características comuns aparecem nos problemas sociais

citados, mas quando se observa o dia a dia dos moradores, as relações, a cultura apresenta sua singularidade. Com isso, a diversidade dos saberes e fazeres ligados à ancestralidade leva a pensar nessas práticas como forma de educação para jovens que necessitam refletir o seu papel e lugar na sociedade de forma crítica e ativa.

Os grupos interagem e fazem a leitura de sua realidade sob diferentes perspectivas e interesses. É válido destacar o uso do termo comunidade, pois considerando as observações de Silva e Simon (2005), ao proporem uma discussão sobre o uso do termo comunidade e suas implicações na diversidade de sentidos, e colocam como reflexão a necessidade de revisão ou destaque, sobretudo nas pesquisas que desejam trabalhar com práticas emancipatórias, como é o caso deste trabalho.

O sentido de comunidade aqui empregado não adota o conceito de indivíduo e sociedade de Ferdinand Tönnies, publicado em 1963, que trata da contraposição entre urbano e rural, discussões que mesmo no século XXI são pouco refletidas por profissionais das diferentes áreas de estudo que utilizam em suas pesquisas. O sentido é além de localização geográfica, pois a ideia não é tratar comunidade enquanto essencialista, como lugar destinado a determinados grupos. Do contrário, comunidade aqui pressupõe, corroborando com Silva e Simon (2005), a presença de coletivos múltiplos, onde estes se apresentam de maneiras diversas e inconstantes enquanto formas de identificação societárias que tem como base o compromisso ou interesses motivados em valores ou finalidades, entre diversos coletivos, para buscar melhor forma de viver.

O AQC constitui comunidades populares, nas quais a maioria das habitações se deram por construções irregulares e ocupação desordenada, densa aglomeração humana, com problemas de infraestrutura, o que facilita a pressão feita por grupos que atuam nessas áreas para que elas sejam desocupadas, devido aos interesses da especulação imobiliária. Essa situação permitiu pensar na criação de rede colaborativa de conhecimento, por meio desses grupos, instituições que unem esforços na busca de metas comuns, como nesse caso é a educação para o desenvolvimento local do AQC, por meio do processo de organização do TBC entre a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e escolas, professores, estudantes e as comunidades. Com isso, as ações

realizadas, durante a execução do cronograma do projeto TBC nas comunidades do ACQ, foram levadas para as escolas, envolvendo a comunidade escolar enquanto multiplicadora do projeto.

A proposta foi por meio do TBC e conteúdos digitais educacionais nas escolas, a fim de se discutir sobre patrimônio e sentido de identidade por meio da cultura popular das comunidades do AQC, visando à criação de roteiros turísticos alternativos e sustentáveis na concepção da autogestão, para valorizar essa cultura e gerar trabalho e renda.

2. Cultura popular, patrimônio e identidade

O turismo contribuiu para as mudanças ocorridas ao longo dos anos dentro de um modelo de organização social, onde surgem novas possibilidades de viagem e lazer, transformando hábitos sociais e impactando a economia, tendo como consequência alterações na produção e consumo. Essas transformações também ocorrem no espaço físico, a fim de atender ao capitalismo que se apropria da atividade turística enquanto produto moderno, para difundir bens e serviços, levando para os lugares onde se insere, enquanto produto para consumo em nível global.

Falar dos aspectos positivos do turismo, requer reflexões acerca dessa atividade, que pode também apresentar em sua base a valorização da cultura local, onde a comunidade pode ser gestora nessa forma de organização denominada Turismo de Base Comunitária. Aliado aos princípios da sustentabilidade o TBC pode contribuir efetivamente para a mobilização da comunidade nesse processo de valorização da identidade, cultura e preservação do meio ambiente. Para Bock; Furtado; e Teixeira: “o indivíduo torna-se membro de um determinado grupo social, aprendendo seus códigos, suas normas e regras básicas de relacionamento, apropriando-se do conjunto de conhecimentos já sistematizados e acumulados, formando sua identidade”. (2001, p.145).

O modo de organização da sociedade reflete vários fatores, entre eles o cultural e identitário, ambos relacionados diretamente ao aspecto demográfico, onde o homem se apropria do espaço, criando o seu lugar, projetando um sentimento de pertencimento. Dessa forma, a relação entre o visitante/turista e a comunidade não significa apenas o consumo e oferta de produtos e serviços, mas quando o indivíduo apresenta interesse

em conhecer outra cultura, ele pretende também experienciar o cotidiano daquele grupo, conhecer a história, as expressões artísticas e culturais onde a identidade se afirma.

A cultura, enquanto processo dinâmico que agrega valores e pode se modificar ao longo do tempo, está ligada às crenças de um povo, o modo de pensar e sentir, ficando na memória que funciona como ferramenta para manter viva a tradição transmitida para as próximas gerações e comunidade. As práticas culturais constituem o patrimônio que se caracteriza como elemento formador de identidade e de valores ou formas de valorizar essas práticas, por meio de manifestações culturais. Nesse sentido, conforme Linke (2011) o patrimônio que está ligado ao sentido de identidade, podendo ser representado por monumentos e bens tangíveis, e por práticas culturais enquanto patrimônio imaterial, é transmitido de geração em geração, promovendo sentimento de identidade e continuidade na comunidade e nos grupos, em seus ambientes de interação. O patrimônio representa bens de herança intergeracional de determinados grupos sociais, como forma de transmitir conhecimento e poder, onde até a primeira metade do século XX, o patrimônio cultural restringia-se a obras de arte eruditas, arquitetônicas e bens pertencente à classe dominante (MURGUIA; YASSUDA, 2007).

Nesse sentido, a valorização das manifestações populares enquanto patrimônio é necessário e potencializa a proposta de desenvolvimento local numa perspectiva sustentável, quando se tem consciência dos benefícios coletivos ao “cuidar da comunidade”, ou seja, no engajamento coletivo e colaborativo para resolver questões de saúde, moradia, educação, cultura, lazer e problemas ambientais, entre outros que afetam (in)diretamente e diariamente a vida da população local, portanto, uma cidadania coletiva.

Nesse contexto, é importante ressaltar o sentido dessa cidadania coletiva nas ações dos movimentos sociais, sobretudo nos anos de 1970 e 1978, quando de acordo com Gohn (*ibid*, p. 2005) “fortalecida pela conjuntura internacional, que também destacava a questão dos direitos humanos como básicos, a cidadania tornou-se o móvel e o articulador das lutas sociais ocorridas”. A autora fala que a cidadania nesse cenário,

busca corrigir as diferenças, bem como valorizar a igualdade, onde a solidariedade volta a mobilizar os grupos sociais.

As ideologias contribuíram para o estabelecimento do carácter individualista das relações sociais atuais. Temos aí a divisão entre sociedade política e civil, havendo também uma divisão social justificada com o nascimento do conceito de privacidade, além da dicotomia entre público e privado. O sentido de cidadania coletiva enquanto forma de reivindicar direitos não apenas na inscrição de leis, mas mediante a concessão de bens e serviços, privilegiando a dimensão sociocultural, sem perder a identidade cultural, contribui para o entendimento de comunidade que é justamente essa diversidade, coletivos múltiplos, mas que buscam interesses comuns (GOHN, 2011).

Essas questões contribuíram para pensar uma educação para o TBC e desenvolvimento local do AQC, por meio da valorização do patrimônio dessas comunidades.

3. Educação para o turismo de base comunitária no antigo Quilombo Cabula

A educação formal no Brasil historicamente buscou atender às demandas oriundas da indústria e era tratada como ferramenta de qualificação de jovens e adultos, precisamente entre a década de 1940 e 1960, mediante o crescimento de cursos de capacitação profissional e outros diretamente ligados à força de trabalho operário e semiqualficada para atender aos interesses do mercado (BRANDÃO, 1984).

Por outro lado, grupo de empresários modernizantes, missionários protestantes e educadores liberais, ligados à educação defendiam cursos de formação humanista e não profissionalizada em oposição às práticas pedagógicas direcionadas para a instrução básica ou profissional. Havia a distinção da educação dirigida chamada formas primitivas, voltadas para cada educando adulto individualmente (enquanto método de trabalho, mediação e propaganda de mudança), também a chamada formas atuais ou educação dirigida para grupo de alunos, aos seus grupos sociais e às suas comunidades (BRANDÃO, 1984).

Não há diferença significativa, posto que essas formas atuais de educação não atendiam totalmente a um modelo comunitário, pois as ações tinham o mesmo objetivo de

controle da consciência, sempre a favor do mercado e consumo, em que os grupos comunitários eram mantidos como subalternos. De acordo com Brandão (1984), no início da década de 1960, algumas ideias foram importadas da Europa e dos Estados Unidos, a fim de mudarem o currículo e metodologia, passando a discutir “Educação Popular”, “Desenvolvimento de Comunidades” e outros.

Nesse contexto, Brandão (1984) fala da questão assistencialista quando trata dos primeiros programas associados ao trabalho pedagógico, cuja proposta era melhorar a vida das “populações mais carentes”, das “comunidades mais pobres”, das regiões “mais subdesenvolvidas”. Ainda para Brandão (1984), essa Educação Popular deu início ao Movimento de Educação de Base (MEB) e aos trabalhos feitos nas escolas com o Método Paulo Freire. Essas iniciativas foram fundamentais para o processo de alfabetização e educação de base para jovens e adultos que constituíam o quadro socioeconômico de pobreza do Brasil.

A ineficiência no ensino coloca esses grupos desfavorecidos à margem da produção e trabalho que, nas últimas décadas, exigem uma base educacional na qual a pesquisa e a habilidade tecnológica são fundamentais, pois são conhecimentos que servem para atuar tanto na produção de ciência quanto no mercado, assim como favorecem o alcance da cidadania coletiva. Em contexto nacional, para aumento de taxa de alfabetização e da escolaridade média da população, fizeram-se algumas transformações a partir da criação do Plano Nacional de Educação (PNE), e no ano de 2010 foram elaboradas dez diretrizes objetivas e vinte metas seguidas das estratégias específicas de concretização. Tendo como exemplo de metas e estratégias, em todas as modalidades e níveis, do plano de inclusão de minorias indígenas e quilombolas, estudantes da zona rural e alunos em regime de liberdade assistida, assim como propostas para mudanças nas redes físicas e equipamentos educacionais como transporte, livros, laboratórios de informática, rede de *internet* de alta velocidade e novas tecnologias, objetivando melhorar a oferta da educação básica pública (BRASIL, 2018).

Essas medidas não alcançaram todos os espaços escolares nacionais, e quando chegaram em algumas escolas a dificuldade de adaptação ao contexto local inviabilizou algumas ações, a exemplo da história do local onde os estudantes vivem. No que refere

aos equipamentos, diversas escolas públicas possuem laboratórios de informática, porém sem acesso à *internet*, e o transporte escolar ainda é utopia em vários lugares, a exemplo de comunidades rurais. Ao falar dos avanços, no ensino fundamental foi a redução da idade de ingresso da criança na educação formal, quando a idade inicial era de 6 anos completos, agora está entre 4 e 5 (BRASIL, 2018).

No ensino médio, uma observação é que a meta busca integrar a adequação idade ano escolar, onde pelo menos, 85% dos adolescentes dessa faixa etária estejam matriculados no ensino médio até 2024. A evasão escolar, na faixa etária de adolescentes entre 15 e 17 anos, atinge várias regiões do país, sendo que o Sudeste se destaca por ter alcançado 77,7% da meta, Sul e Centro-Oeste estão próximos, atingindo 72%, as regiões Norte e Nordeste estão em terceira posição com 62% (BRASIL, 2018).

Essas desigualdades educacionais são oriundas dos grupos socioeconômicos, marcadas pelo critério de renda. A evasão escolar se dá na grande maioria pela necessidade de trabalhar para ajudar na renda familiar, assim como fatores geradores dessas condições sociais como a falta de apoio familiar, envolvimento com o uso e tráfico de drogas e gravidez precoce, entre outros. Esse cenário abrange escolas públicas localizadas no Antigo Quilombo Cabula.

Quando se fala em educação é preciso pensar na integração desta às discussões acerca da Agenda 2030, cujas ações abrangem todos os países pobres, ricos e de renda média, visando acabar com a pobreza e atender às necessidades sociais como educação, proteção social, saúde e oportunidade de trabalho, assim como atenção às mudanças climáticas e proteção ambiental. Intitulada “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, é uma declaração com 17 objetivos⁴ de desenvolvimento sustentável e 169 metas, acordadas pelos 193 Estados-membros da Organização das Nações Unidas (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2019).

Entre os objetivos elaborados, o quarto que propõe “assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promover oportunidade de aprendizagem ao longo da vida para todos” tem como uma das metas até 2030 garantir que todos os alunos adquiram

⁴ Mais informações sobre os objetivos acessar o site: <https://nacoesunidas.org/pos2015/>

conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável. (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2019).

Assim como o objetivo citado, o de assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis, reduzindo o desperdício de alimentos, manejo saudável de produtos químicos e resíduos por meio de prevenção, redução, reciclagem e reuso; bem como garantir informação e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza, são ações indispensáveis no processo de educação para o desenvolvimento local do Antigo Quilombo Cabula articulado aos princípios e prática do TBC.

A educação que possibilita esse desenvolvimento emerge da relação do indivíduo com o lugar onde vive e o respeito com o seu coletivo, na maneira como compreende o papel de cada um na sociedade. Ela faz pensar a contribuição dos povos, da cultura e história que constitui o país, da diversidade enquanto patrimônio. A educação popular viabiliza esse processo por buscar, na base, o conhecimento por meio da prática cotidiana e promover a autonomia dos indivíduos.

Essa autonomia relativa ao pensamento defendido nos escritos de Paulo Freire, quanto à emancipação dos indivíduos, é também a perspectiva educativa para as comunidades do AQC que apresentam em sua cultura a ancestralidade marcada pela linguagem, culinária, música e dança, entre outros traços da cultura africana de diferentes etnias; também na construção rústica das casas, no cultivo do dendê, em técnicas agrícolas, tradições orais que são as histórias contadas sobre seus antepassados pelos mais velhos; e ainda os poetas, dançarinos, músicos, conselheiros e a religião, entre outras formas que são exemplos que contribuíram para essa diversidade cultural, patrimonial que permeia também diferentes regiões brasileiras.

E quando falamos da miscigenação, os povos indígenas, nativos que também registraram sua caminhada nessa localidade do AQC, são fundamentais nesse leque de patrimônio

cultural brasileiro, importantes na formação e preservação da identidade cultural por meio da linguagem de diferentes etnias e dos saberes através das pinturas corporais que tinham sua simbologia, seus valores, assim como a relação com a natureza, a riqueza dos saberes ao lidarem com o cultivo das plantas, a forma de alimentação, o modo de produzirem e garantirem a conservação da floresta.

A tradição oral africana, utilizada para a transmissão de saberes, valores, histórias de vida, passada de geração em geração contribui para a propagação de sua cultura. Para afro-brasileiros, essa oralidade é fortemente marcada na religião, como o candomblé que utiliza e valoriza a fala entre as comunidades de Terreiro para os ensinamentos orais que movimenta o povo axé, diferente de outras religiões que usam livros sagrados para ensinamento (FILHO; ALVES, 2017).

Nesse sentido, a educação que se propõe para o desenvolvimento local do AQC por meio do TBC, revela que o conhecimento e a valorização do patrimônio deixados pelos povos indígenas, africanos e afro-brasileiros são a base para educar as pessoas que residem nessas comunidades que apresentam essa riqueza cultural. Para a proposta de educação para o TBC, a definição aqui adotada e que revela os princípios dessa forma de organização, que por meio da autogestão propõe articulação coletiva, envolvendo a comunidade, de forma colaborativa, através de associações e cooperativas com apoio de órgãos públicos, privados e do terceiro setor é, conforme Silva,

O turismo de base comunitária como uma forma de planejamento, organização, autogestão e controle participativo, colaborativo, cooperativo e solidário da atividade turística por parte das comunidades que deverão estar articuladas em diálogo com os setores público e privado, do terceiro setor e outros elos da cadeia produtiva do turismo, primando pelo benefício social, cultural, ambiental, econômico e político das próprias comunidades (SILVA et al, 2012, p. 11).

Na prática, comumente os órgãos responsáveis pelo planejamento e gestão de projetos sociais desenvolvem políticas visando estrategicamente interesses econômicos, mas enquanto atividade multifacetada e que possibilita o desenvolvimento local, o TBC necessita de uma visão sistêmica, para que haja participação das comunidades anfitriãs, desde o seu planejamento à execução dos diversos coletivos e redes de colaboração.

O projeto “Turismo de Base Comunitária na região do Cabula e entorno: processo de incubação de operadora de receptivos populares especializada em Roteiros Turísticos Urbanos Alternativos, Responsáveis, Sustentáveis e Solidários (RTUARSS)”, da Universidade do Estado da Bahia, tem sua origem oficial em 2010, por meio de equipe multidisciplinar organizada em eixos temáticos com a participação de pesquisadores e estudantes de graduação, nas categorias de iniciação científica, monitoria e voluntários, entre outros, para gerirem as ações do TBC no Cabula, articulando pesquisa, ensino e extensão.

A proposta foi reunir as comunidades do Antigo Quilombo Cabula que compreende, conforme saber popular, dezessete bairros circunvizinhos à UNEB, Campus I, Salvador-Bahia, são eles: 1] Arenoso; 2] Arraial do Retiro; 3] Beiru/Tancredo Neves; 4] Cabula; 5] Doron; 6] Engomadeira; 7] Estrada das Barreiras; 8] Fazenda Grande do Retiro; 9] Mata Escura; 10] Narandiba; 11] Novo Horizonte; 12] Pernambucoés; 13] Resgate; 14] Saboeiro; 15] São Gonçalo do Retiro; 16] Saramandaia; e 17] Sussuarana, para desenvolver o TBC nessa localidade.

Esse projeto teve financiamento aprovado pelo edital 021/2010, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), mas após término do recurso, a equipe continuou atuando nas comunidades interessadas na implantação da proposta. De 2010 a 2014, identificou-se a necessidade de parcerias com as escolas da rede de ensino do Estado e do município, contando com aprovação de recursos da FAPESB, pelo edital 028/2012, com recursos liberados em 2014, atuando-se de forma colaborativa com os grupos de pesquisa Sociedade Solidária, Educação, Espaço e Turismo - SSEETU, e Sociedade em Rede, Pluralidade Cultural e Conteúdos Digitais Educacionais - REDE EDUCA, onde o segundo trabalha com tecnologias educativas. Esses projetos tinham como objetivo:

Levar à escola, aos professores e alunos, ao exercício educativo regular, a prática da construção das rodas de conversa e do processo participativo que engaje o jovem e a comunidade escolar na construção de um Turismo de Base Comunitária capaz de fazer a diferença e oferecer uma alternativa de incremento de emprego e renda para comunidades populares (SILVA, 2012).

Esse objetivo corresponde ao projeto “TBC nas Escolas”, que teve o Colégio Estadual Edvaldo Fernandes, localizado no Beiru/Tancredo Neves; e Colégio Ministro Aliomar

Baleeiro, situado em Pernambués, como parceiros. O objetivo que segue, refere-se ao projeto “Conteúdos Digitais nas Escolas”, em parceria com o Colégio Estadual Helena Magalhães, no bairro do Beiru/Tancredo Neves; e o Colégio Estadual Governador Roberto Santos, situado no Cabula:

Entender o processo de desenvolvimento cognitivo e de aprendizagem de estudantes e professores engajados na prática de autoria de conteúdos digitais, ao tempo em que se incrementa a eficiência da abordagem metodológica aplicada para tal aprendizagem (MATTA, 2012).

As propostas dos dois projetos foram aplicadas nas quatro instituições de ensino parceiras, mediante trabalho coletivo, gerando mobilização para o fortalecimento da cultura local e da história, elementos importantes para a organização do TBC. Com isso foi dado início à organização do cronograma de atividades, elaborado com gestores; professores bolsistas responsáveis pela articulação entre a universidade, a escola e a comunidade; e estudantes contemplados com bolsa de Iniciação Científica Júnior – ICJr, que atuaram na mobilização dos colegas para participação das oficinas e cursos oferecidos.

A partir dessas articulações, originou-se um processo de troca e construção de conhecimento, desenhando-se uma configuração em rede que contribuiu para a valorização da cultura e constituição de identidade local, por meio de metodologia participativa, predominando as rodas de conversa e a realização de oficinas sobre TBC: a História da Bahia contextualizada no Cabula; a Elaboração de Roteiros Turísticos Alternativos; a Gastronomia Popular; a Hospedagem Domiciliar e Comunitária; o Agenciamento e o Guiamento; o Patrimônio, Memória e História Oral; e a Horta Comunitária, dentre outras demandadas pelas escolas.

Cada oficina gerava um produto ou atividade prática como parte do processo, a exemplo da elaboração e a execução de roteiros turísticos pelos estudantes e equipes dos dois projetos. Os estudantes do Colégio Estadual Helena Magalhães criaram, na oportunidade, o roteiro “Turistando pelo Beiru”, sendo que, em 2019, foi realizada a sua terceira versão durante o IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária (ETBCES). Foram criados, também, cadernos de receitas com reaproveitamento

de alimentos, a partir da realidade e disponibilidade de alimentos no cotidiano dos estudantes.

A mesma metodologia foi utilizada para apresentação e desenvolvimento das ações do projeto “Conteúdos Digitais”, em que no primeiro encontro o grupo discutiu a importância do socioconstrutivismo aplicado ao cotidiano dos estudantes, dos grupos ou coletivos, da comunidade e o uso também no projeto. Houve, como proposta, a elaboração coletiva de metodologia para a autoria dos conteúdos digitais. As oficinas realizadas foram de produção cultural, grafite, fotografia e vídeo.

No Colégio Estadual Governador Roberto Santos, organizou-se com os estudantes um espaço físico com equipamentos para funcionamento da *Radio Web Juventude*, visando à divulgação de atividades ocorridas na escola, nas comunidades e em outros espaços do Cabula; também debates e diálogos sobre assuntos de interesse coletivo e temas da contemporaneidade. Ainda, a partir das oficinas e dos cursos realizados, criou-se página no *facebook* administrada pelos estudantes, também um jornal digital da escola, além de outras produções.

Em 2014, o Colégio Ministro Aliomar Baleeiro, parceiro dos projetos citados, sediou o V ETBCES, que teve a participação efetiva das associações de bairros, das cooperativas de produção, de lideranças, gestores sociais e associações culturais, grupos musicais, de teatro, artesanato, grafite, dentre outras expressões artísticas, como forma de reconhecimento e visibilidade dessas produções sociais, culturais, políticas e econômicas do AQC. E, em 2019, o Colégio Estadual Helena Magalhães, também parceiro, sediou a nona edição do ETBCES.

As mesmas oficinas foram implementadas no Colégio Estadual Edvaldo Fernandes, sendo que neste, a oficina “Uso Sustentável de Computadores” teve mais relevância para a comunidade escolar. Contou-se com apoio de professores da escola na realização da mesma oficina em outras escolas parceiras.

O acolhimento dos gestores, professores, estudantes e demais integrantes da escola, e o entendimento sobre TBC pelas comunidades do AQC foi singular, cada pessoa e cada grupo respondeu positivamente às ações dos projetos. É necessário mencionar que se

respeitou a diversidade e os conflitos existentes em cada localidade foram mediados por meio de diálogo e da mobilização para ações coletivas, colaborativas e integradas. Tanto que após a realização do IX ETBCES no Colégio Estadual Helena Magalhães, houve as presenças de professores e estudantes de escolas como a Escola Estadual Visconde de Itaparica e o Colégio Estadual Norma Ribeiro que continuam dialogando e desenvolvendo ações conjuntas.

Voltando ao contexto do AQC, é notável o crescente número de moradores que buscam, de forma autônoma, meios de sobrevivência pelo comércio informal, produção artesanal, prestação de serviços e produtos alimentícios, arte e cultura, ou seja, atividades oriundas dos seus saberes e fazeres. São perfis diferentes e motivações distintas que levam a essa prática, a maioria devido ao desemprego, outros como forma de lazer e realização pessoal. Entretanto vale lembrar que são atividades realizadas isoladamente, atendendo ao interesse e à necessidade de cada grupo ou indivíduo. A integração e o diálogo sobre essas práticas, organizados coletivamente alimentam o TBC por meio da cultura e da história dos modos de vida das comunidades.

A ideia de levar o TBC e “Conteúdos Digitais” para os espaços educacionais foi para proporcionar o diálogo sobre as transformações, a multiplicidade, o pluralismo existente, pensando numa forma de alcançar os estudantes para refletir com eles sobre o sentido e o lugar de cada um no contexto em que vivem.

Considerações finais

A proposta de diálogo sobre TBC e conteúdos digitais nas escolas do Antigo Quilombo Cabula teve como base a construção e conhecimento com as comunidades escolares, pois a maioria do público reside em comunidades do AQC. Era necessário, portanto, falar da necessidade de conhecer a história local, o seu contexto e refletir o global. Para o entendimento sobre o planejamento e gestão do TBC feito pela e na comunidade foi preciso discutir problemas sociais, ambientais, econômicos e ressaltar as expressões artísticas e culturais oriundas dessas comunidades e que tinham potencial para um turismo responsável, solidário que respeita e valoriza os saberes e fazeres populares.

Essa articulação entre TBC e escola é necessária para a implementação dessa forma de turismo nas comunidades, com autorização e gestão delas, a partir de uma consciência sobre a sua potencialidade para o desenvolvimento local, a partir de ações coletivas. Nesse sentido, houve avanço parcial nos objetivos, posto que ao tratar de mudanças ou aberturas para novos conhecimentos, em alguns grupos, situações requerem maturação, engajamento, desejo e propósito, devendo sempre respeitar as dimensões de cada um, as diferenças, as necessidades individuais e coletivas. Após essas ações nas escolas e ainda em diálogo atualmente, a proposta é a partir das ações dos coletivos e dos estudantes buscando o diálogo que se aproxime das práticas do TBC, valorizando o que está sendo construído por eles.

Referências

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia**. São Paulo: Saraiva, 2001.

BRANDÃO, Rodrigues Carlos. **Pensar a prática: escritos de viagem e estudos sobre a educação**. São Paulo: Edições Loyola, 1984.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2018**. – Brasília: Inep, 2018. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/RELATÓRIO+DO+SEGUNDO+CICLO+DE+MONITORAMENTO+DAS+METAS+DO+PNE+2018/9a039877-34a5-4e6a-bcfd-ce93936d7e60?version=1.26>>. Acesso em: 18 set. 2019.

CHAVES, Débora Ribeiro. **Educação ambiental na Escola Municipal Cabula: processos de valorização, mobilização e articulação entre escola, comunidade e instituições públicas em prol do horto florestal do Cabula. (Dissertação de Mestrado)**, Salvador, UNEB, 2016.

COSTA NOVO, C.B.M. **Turismo de base comunitária na Região Metropolitana de Manaus (AM): caracterização e análise crítica. Dissertação** (Mestrado). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP, 2011.

ENQUITA, Mariano Fernandez. **A face oculta da escola**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1989.

FILHO, Eudaldo Francisco dos Santos; ALVES, Janaína Bastos. **A Tradição oral para povos africanos e afrobrasileiros: relevância da palavra.** *Revista da ABPN*, v. 9, ed. Especial - Caderno Temático: Saberes Tradicionais, dezembro de 2017, p.50-76.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação.** São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **História dos movimentos e lutas sociais:** a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

GOMES, Flavio dos Santos. **Um Recôncavo, dois sertões e vários mocambos: quilombos na capitania da Bahia (1575-1808).** *Revista História Social*. Campinas, n. 2, p. 25-54, 1995.

IMBERNÓN, Francisco. **Educação para o século XXI:** os desafios do futuro imediato. Porto Alegre, Artes Médicas Sul, 2000.

LINKE, Paula Piva. Manifestações populares: cultura, memória e patrimônio. **Anais** do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300742228_ARQUIVO_MANIFESTACOESPOPULARES CULTURA, MEMORIA E PATRIMONIO.pdf> Acesso em: 10 out. 2019.

MARTINS, Luciana Conceição de Almeida. **História Pública do quilombo do Cabula: representações de resistências em museu virtual 3D aplicada à mobilização do turismo de base comunitária.** 2017, 311f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues. **Projeto Conteúdos Digitais nas escolas.** Salvador: UNEB-FAPESB, 2012.

MURGUIA, Eduardo I.; YASSUDA, Silvia N. **Patrimônio histórico-cultural:** critérios para tombamento de bibliotecas pelo IPHAN. v.12, n.3, 2007. Disponível em: <portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/148/15>. Acesso em: 10 out. 2019.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Agenda 2030. Transformando nosso mundo:** a agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/>>. Acesso em: 20 set. 2019.

PENA, João Soares. **A especulação imobiliária chega à periferia urbana de Salvador:** origens e perspectivas do Cabula sob a ótica da habitação. (Monografia). Salvador, 2010.

SILVA, Francisca de Paula Santos da, et al. **Cartilha (in) formativa sobre Turismo de Base Comunitária “O ABC do TBC”.** Salvador: EDUNEB, 2012.

SILVA, Francisca de Paula Santos da; MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues; SÁ, Natália Silva Coimbra de. Turismo de base comunitária no antigo Quilombo Cabula. **Caderno Virtual de Turismo**, vol. 16, n. 2, abril, 2016, p. 79-92 Universidade Federal do Rio de Janeiro Rio de Janeiro, Brasil.

SILVA, Francisca de Paula Santos da. **Projeto TBC nas escolas**. Salvador: UNEB-FAPESB, 2012.

SILVA, Rosalina Carvalho da; SIMON, Cristiane Paulin. Sobre a diversidade de sentidos de comunidade, **PSICO**, Porto Alegre, PUCRS, v. 36, n. 1, pp. 39-46, jan./abr. 2005.

TÖNNIES, Ferdinand. **Community & Society**. New York: Harper e Row Publishers, 1963.

Recebido: 15.10.2019
Aprovado: 30.11.2019